

14.12.2. Remédios constitucionais

1. (Magistratura/170.º) Diretor de sociedade de economia mista da qual o Município participa pratica ato lesivo ao patrimônio da empresa. A anulação do ato pode ser pleiteada:

- a) em ação popular proposta por qualquer pessoa residente no País;
- b) em ação popular proposta por qualquer cidadão;
- c) apenas pelos que foram prejudicados pelo ato;
- d) em mandado de segurança impetrado por qualquer pessoa residente no Município.

2. (OAB/101.º) Ao direito à probidade e à moralidade da administração pública a Constituição Federal consagra uma garantia:

- a) *habeas corpus*;
- b) *habeas data*;
- c) ação popular;
- d) mandado de Injunção.

3. (Magistratura/170.º) Autoridade administrativa recusa-se ilegalmente a fornecer certidão de tempo de serviço requerida por funcionário público, que dela necessita para pedir a aposentadoria. É cabível, nesse caso:

- a) mandado de Injunção;
- b) *habeas data*;
- c) mandado de segurança;
- d) ação civil pública.

4. (OAB/115.º) Um cidadão, acessando uma página da Receita Federal na Internet, de propriedade do Governo Federal, descobre que os dados da sua última declaração encontram-se à disposição de todos os internautas. Para que seus dados sejam retirados daquela página pode esse cidadão ingressar em Juízo com:

- a) mandado de segurança;
- b) *habeas data*;
- c) mandado de Injunção;
- d) ação popular.

5. (OAB/102.º) Determinada associação, regularmente constituída e em funcionamento há mais de um ano, vê violado, por ato abusivo de autoridade pública, um direito líquido e certo seu. Para defender tal direito, essa associação deve lançar mão de:

- a) ação civil pública;
- b) mandado de segurança coletivo;
- c) mandado de segurança individual;
- d) mandado de Injunção.

6. (OAB/106.º) São garantias dos direitos coletivos:

- a) o mandado de segurança coletivo e a sindicalização;
- b) o direito de greve e a ação popular;
- c) o mandado de segurança coletivo, o mandado de Injunção coletivo e a ação popular;
- d) o mandado de segurança coletivo e a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.

7. (OAB/107.º) A Reforma Administrativa determinou que a fixação do subsídio dos ministros do STF será realizada por lei de iniciativa conjunta do Presidente da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do STF. Não tendo esta lei sido promulgada, pode-se entender que a inércia das autoridades responsáveis:

- a) não poderá ser suprida pelo mandado de Injunção, visto tratar-se de iniciativa conjunta com o presidente do STF;
- b) poderá ser suprida por mandado de Injunção, medida hábil a instrumentar o exercício de direitos decorrentes da ausência de norma reguladora;
- c) poderá ser suprida por meio de ação direta de inconstitucionalidade por omissão, a ser proposta por qualquer servidor público prejudicado pela ausência de lei;
- d) poderá ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade.

8. (OAB/113.º) Uma rádio comunitária ingressa em Juízo com mandado de Injunção, temendo ser lacrada pelo órgão competente, eis que, nos termos da regulamentação existente, a mesma não teria autorização para funcionar. O mandado de Injunção deve:

- a) ser concedido, como sucedâneo de *habeas data*;
- b) ser concedido, para assegurar o exercício de direitos e liberdades constitucionais inviabilizados pela falta de ato de autorização;
- c) ser negado, visto inexistir norma que regulamente tal tipo de serviço de radiodifusão;
- d) ser negado, visto existir norma regulamentadora desse serviço de radiodifusão.

9. (OAB/109.º) Uma pessoa teve um financiamento bancário negado pelo Banco do Brasil sob o argumento de que seu nome estaria registrado no Serviço de Proteção ao Crédito, como empresa devedora. Como se tratava de erro, a empresa deverá:

- a) ajuizar ação de reparação de danos contra o Serviço de Proteção ao Crédito, visto ser este uma pessoa jurídica de direito privado e *habeas data* só pode ser impetrado contra pessoa jurídica de direito público;
- b) impetrar apenas mandado de segurança, porque pessoa jurídica não tem legitimidade para ajuizar *habeas data*;
- c) apresentar requerimento de informações à entidade depositária do seu registro, pedir a retificação dos dados inexatos e, se não obtiver êxito, ajuizar pedido de *habeas data* perante o Judiciário;
- d) ajuizar *habeas data* contra o Banco do Brasil, visto ser esta entidade estatal (sociedade de economia mista).

10. (AGU — CESPE/UnB — 2010) Quanto a direitos e garantias individuais e coletivos, julgue os itens a seguir:

- I) A CF assegura a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal. Nesse sentido, não sendo atendido o pedido de certidão, por ilegalidade ou abuso de poder, o remédio cabível será o *habeas data*.
- II) O *habeas corpus* constitui, segundo o STF, medida idônea para impugnar decisão judicial que autoriza a quebra de sigilos fiscal e bancário em procedimento criminal.

11. (Auxiliar Administrativo — DEGASE — CEPERJ/2007) O *habeas corpus* surge no Direito Brasileiro na Constituição de:

- a) 1937.
- b) 1891.
- c) 1988.
- d) 1934.
- e) 1946.

17. (Técnico Judiciário — TJ/RR — CESPE/UnB/2012) No que se refere aos direitos e garantias fundamentais e à cidadania, julgue o próximo item:

Considere que Antônio, preso político durante a ditadura, pretenda obter informações de seu interesse constantes de banco de dados de entidade governamental. Considere, ainda, que o pedido de Antônio seja indeferido na esfera administrativa. Nessa situação, Antônio deverá impetrar *habeas corpus* junto ao Poder Judiciário a fim de obter as informações desejadas.

12. (Defensor Público/MA — CESPE/UnB/2011) Acerca das ações constitucionais, assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência majoritária do STF:

a) Em caso de omissão legislativa, cabe ao STF, em sede de mandado de injunção, proferir sentença de perfil aditivo a fim de criar regulação provisória pelo próprio Poder Judiciário.

b) Não é cabível a impetração de mandado de segurança por parlamentar cujo objetivo seja o controle incidental de constitucionalidade relacionado à válida elaboração das proposições normativas em curso na respectiva casa legislativa.

c) O *habeas corpus*, destinado a garantir a liberdade de locomoção do indivíduo, foi uma inovação da CF.

d) Não é cabível *habeas corpus* para impugnar os pressupostos de legalidade de punição disciplinar militar, ainda que não se questione o mérito desta.

e) É cabível a impetração de mandado de injunção para conhecer as razões de foro íntimo que levem o juiz a declarar-se suspeito para julgar a causa.

13. (Advogado — Petrobras — CESGRANRIO/2011) A ação popular, prevista no art. 5.º, LXXIII, da Constituição da República, pode ser ajuizada por (pelo):

a) apátrida para anular ato praticado pelo Presidente da República.

b) estrangeiro, residente no país há, pelo menos, dez anos, contra ato praticado por autoridade federal.

c) ex-deputado federal, no gozo dos direitos políticos, para anular ato praticado por sociedade de economia mista.

d) associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, um ano, em defesa de seus associados.

e) Ministério Público para tutelar direitos difusos.

14. (Analista de Controle — TCE-PR — FCC/2011) João necessita, com urgência, de uma certidão pública com informações sobre o montante de uma dívida tributária em face do fisco estadual para juntar em um processo judicial. Dirigiu-se à repartição pública competente para solicitá-la, mas foi informado, por funcionário local, de que a repartição estava em reforma e, por esse motivo, a certidão só poderia ser expedida em um prazo mínimo de dois meses. Em face da urgência de João, o remédio constitucional adequado para proteger seus direitos é

a) o *habeas data*.

b) a ação popular.

c) o mandado de segurança.

d) o mandado de injunção.

e) a ação civil pública.

15. (Analista Processual TJ/RR — CESPE/UnB/2012) No que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos, julgue o item a seguir:

Erra apenas o cidadão tenha legitimidade para o ajuizamento da ação popular, o Ministério Público pode, na hipótese de desistência da ação por parte do autor, promover o respectivo prosseguimento do feito.

16. (Analista Processual TJ/RR — CESPE/UnB/2012) No que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos, julgue o item a seguir.

O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, bastando, para se configurar essa representação, a existência de um único parlamentar na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, filiado ao partido.